

Geração à deriva: jovens *nem nem* e a surperfluidade da força de trabalho no capital-imperialismo

Generation a drift:
young people *nem nem* and the superfluity of
the labour force in capital-imperialism

Mariléia Maria da SILVA¹

Resumo

O presente artigo objetiva problematizar o discurso sobre a dita geração *nem nem* – os assim chamados jovens que não estudam e nem trabalham – com base nos dados divulgados pelo IBGE (2013) e associá-los ao conceito de superfluidade da força de trabalho em Marx (2011). Defende-se que a geração *nem nem* constitui parte da população excedente a ser preservada em benefício do setor produtivo. Aponta-se que, na perspectiva do capital, é necessário manter uma força de trabalho relativamente supérflua, sem que tal condição se converta em desalento a ponto de ameaçar o próprio desejo da classe trabalhadora de tornar-se mercadoria, ou seja, força de trabalho.

Palavras-chave: Geração *nem nem*. Capital-imperialismo. Superfluidade.

Abstract

The present article aims to problematize the discourse about the *nem nem generation* – the so-called young people who neither study nor work – on the basis of the facts disclosed by IBGE (2013) and associate them with the concept of superfluity of the labour force in Marx (2011). Argues that the *nem nem* generation constitutes part of the surplus population to be preserved for the benefit of the productive sector. Points out that, from the perspective of the capital, is necessary to maintain a labour force relatively superfluous, without this condition be come despondency, to the point of threatening own working class desire in becoming commodity labour force.

Keywords: *Nem nem* generation. Capital-imperialism. Superfluity.

1 Doutora em Educação. Departamento de Ciências Humanas da Universidade Estado de Santa Catarina. Professora Associada vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Atua no mestrado e no curso de Pedagogia. Endereço: Av. Madre Benvenuta, 2007 – Itacorubi – Florianópolis – SC. Cep: 88035001. Tel.: (48) 3321 8501. Email: <marileiamaria@hotmail.com>.

A *geração nem nem*, alcunha em certa medida cômica, não fosse a gravidade que carrega, tem sido destaque nos últimos tempos na mídia televisa, impressa e eletrônica², que alerta sobre o número de jovens entre 15 e 29 que não estudava e *nem* trabalhava, em 2012. Os dados fornecidos pela PNAD³ (2012), divulgados em novembro de 2013, revelam que 19,6% da população nessa faixa etária estavam fora da escola e do mercado de trabalho, o que significa dizer que um em cada cinco jovens encontrava-se nessa situação no período analisado. Dentre os quase 20% de jovens *nem nem*, as mulheres perfazem um total de 70,3% (IBGE, 2013).⁴

Para os jovens que trabalham, o cenário também não é animador. Conforme documento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2013), intitulado *Tendencias mundiales del empleo juvenil 2013: una generación em peligro*, a débil recuperação mundial nos anos 2012 e 2013 fez agravar a crise do emprego juvenil, cuja taxa de desemprego estimada para 2013 foi de 12,6%, o que tem implicado na disposição dos jovens em serem menos seletivos em relação às suas escolhas de emprego, posto que as ofertas caracterizam-se por vínculos temporários e em regime parcial. Ainda segundo a OIT, os jovens mais pobres estão, inclusive, renunciando em seguir procurando emprego, tal é a precariedade do que encontram. A previsão é a de que o emprego informal entre os jovens continue crescendo.⁵

Como é possível perceber, mediante as fontes acima arroladas, o quadro no qual se encontra a juventude e sua vinculação ao mundo laboral inspira cuidado e até amedronta, se seguimos a linha de raciocínio do conhecido adágio de que *mente vazia é oficina do diabo*, ou, em outras palavras, jovens desocupados estão propensos ao crime e à promiscuidade. Seriam estes os *nem nem*?

2 Uma simples consulta na Internet utilizando a palavra-chave “Geração *nem nem*” acusou em torno de 300 resultados referentes aos anos de 2013 e 2014. Tais resultados incluem desde matérias mais consistentes sobre os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados em final de novembro de 2013, incluindo entrevistas com especialistas, até pequenas notas com comentários rápidos sobre o tema e enquetes com os jovens supostamente vivenciando a condição de *nem nem*.

3 A Pesquisa Nacional por Amostragem em Domicílio (PNAD) obtém informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, características dos domicílios, e, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras, tendo os domicílios como unidade de coleta. Temas específicos abrangendo aspectos demográficos, sociais e econômicos também são investigados. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>. Acesso em: 1 abr. 2014.

4 Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2526&busca=1&t=sis-2013-74-1-mulheres-25-29-anos-que-nao-estudam-nem>>. Acesso em: 8 abr. 2014.

5 Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_212725.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2014. Acesso em: 2 abr. 2014.

O presente artigo⁶ tem como propósito problematizar o discurso⁷ propagado sobre a dita geração *nem nem*, os assim denominados jovens que não estudam e nem trabalham, e associá-lo ao conceito de superfluidade da força de trabalho, nos termos definidos por Marx (2011). A tese aqui defendida é a de que a geração *nem nem* constitui parte da população excedente a ser preservada em benefício do setor produtivo. Assim, na perspectiva do capital, o desafio está em manter uma força de trabalho relativamente supérflua, sem que essa condição se converta em desalento, a ponto de ameaçar o próprio desejo da classe trabalhadora de tornar-se mercadoria, ou seja, força de trabalho. Desalento que se agrava tendo em vista a intensificação e alargamento do trabalho precário, sobretudo para o segmento juvenil.

O intento exige que se compreenda a atual dinâmica do capital em escala global e suas implicações nos países de capitalismo dependente. O conceito de capital-imperialismo de Fontes (2012) é aqui adotado na perspectiva de que abarca as novas determinações derivadas da própria disseminação do imperialismo e a conversão do capitalismo em uma forma de vida social generalizada de modo profundamente assimétrico, o que ajuda a ampliar nossa escala de apreensão no que se refere às análises sobre as políticas de inclusão social, notadamente aquelas vinculadas à formação profissional, políticas de emprego e ampliação da certificação e escolaridade.

-
- 6 Este artigo, focado nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – uma das principais referências na produção de indicadores sociais –, resulta de um recorte das análises dos principais indicadores sociais sobre a situação dos jovens no mercado de trabalho na atualidade, desenvolvido no âmbito da pesquisa intitulada *Jovens, trabalho e saberes escolares: o emprego em tempos de flexibilização das relações de trabalho*, sob minha coordenação. Esta pesquisa tem como propósito analisar a relação entre os saberes escolares e a condição de emprego entre os jovens provenientes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando de um lado o cenário de intensificação da precarização das relações de trabalho nas últimas décadas, e de outro o discurso da qualificação como estratégia de sobrevivência em um mercado de trabalho para o qual novas competências são demandadas.
- 7 Adoto aqui o conceito de Fairclough (2001, p. 90) em que discurso refere-se “[...] ao uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais.” Tal compreensão é fundamental quando intenta-se evidenciar que “[...] as ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de ‘senso comum”” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117, grifo do autor).

A geração *nem nem*: uma geração à deriva

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseados na PNAD 2012 e divulgados em 2013, revelam que o número de jovens de 15 a 29 anos, que não estudava nem trabalhava, chegou a 9,6 milhões em 2012, o que significa uma em cada cinco pessoas da respectiva faixa etária. Esse número representa 19,6% da população de 15 a 29 anos, conforme se verifica na Tabela 1. Em 2002, o percentual foi de 20,2% dos jovens nessa faixa etária, que não estudavam e nem trabalhavam, significando uma redução de 0,6 pontos percentual.

Antes de quaisquer comentários sobre os números trazidos pelo IBGE, levantaremos uma breve reflexão sobre a expressão *nem nem*, utilizada pela mídia para designar os jovens que não estudavam e nem trabalhavam, não pelo tom anedótico que possa estar associado a tal expressão, mas pelo julgamento moral que parece embutido. Começaríamos com a ideia representada de que poderia se tratar de uma geração *nem isso, nem aquilo*, ou seja, jovens que nada fazem: não tomam iniciativa, não são proativos, desistem com facilidade e, por suposto, estariam na contramão do discurso da empregabilidade. Essa última tem ganhado grande destaque, conforme Oliveira (2008), para referir-se à capacidade do indivíduo manter-se ou reinserir-se no mercado de trabalho mediante a posse de um conjunto de fórmulas que o habilite a competir com todos que disputam um emprego. O que significa, na lógica das políticas neoliberais, “[...] um mecanismo que retira do capital e do Estado a responsabilidade pela implementação de medidas capazes de garantir um mínimo de condições de sobrevivência para a população.” (p. 199).

O que se percebe claramente é o abandono crescente por parte dos estados capitalistas de uma política de *pleno emprego*, simultâneo ao incremento de políticas de combate ao desemprego, fundadas em princípios comportamentais cujo protagonista é o próprio desempregado. Nesses termos, Shiroma e Campos (1997) ressaltam que na literatura econômica e nas análises estatísticas, a empregabilidade refere-se à passagem de uma situação de desemprego a de emprego, e se apresenta como probabilidade de saída do desemprego. Para as autoras, o termo empregabilidade está associado a uma série de variáveis, tais como: “[...] idade, sexo, experiência prévia, rede de relações sociais, origem social, concepções, valores, aspirações, trajetórias de vida etc.” (p. 26).

Acoplado a tal noção de empregabilidade, o designativo *nem nem*, igualmente, poderia aludir infantilidade⁸ e imaturidade, compreensão reforçada, sobretudo,

8 *Nem nem* pode ser uma alusão a *nenê*, ou, inclusive pela fonética, ao popular *neném*, que significa criança recém-nascida ou com poucos meses (DICIONÁRIO HOUAISS, 2002).

pelo fato de que a maioria teve, ao menos, um filho (Tabela 2), o que poderia dar margem a condenar pela *irresponsabilidade* da procriação sem planejamento familiar, culminando no seguinte julgamento: a geração *nem nem* é constituída por aqueles que não desejam estudar e nem trabalhar, posto que ainda não amadureceram o suficiente ou não se atentaram aos novos desafios exigidos pelo mundo globalizado.

Nessa perspectiva, o discurso do empreendedorismo⁹ se faz presente como ideologia destinada aos jovens em um contexto de desemprego e precarização das relações de trabalho. Coan e Shiroma (2012), em um estudo sobre a temática, revelam que o empreendedorismo como ideologia sustenta o discurso de que o desenvolvimento de nossas potencialidades empreendedoras nos levaria ao sucesso pessoal e profissional, e que os obstáculos devem servir como desafios a serem enfrentados, em uma evidente ocultação das contradições da lógica do capital. Segundo os autores, a pedagogia empreendedora tem marcado forte presença nos cursos de formação básica e profissional, sendo sua base epistêmica consoante com a que “[...] nutre as relações sociais de produção capitalistas e fomenta a corrida pelos sonhos individuais que tentam forjar jovens de novo tipo, limitados à pequena política, aprisionados aos projetos individuais que se pode conquistar em curto prazo” (p. 273).

Queremos ressaltar, com a análise semântica ora proposta, o constructo ideológico dirigido aos jovens pela negação, qual seja: não sejam *nem nem*, não desistam, sejam empreendedores! Discurso direcionado especialmente a um segmento de jovens brasileiros cuja condição, desde a mais tenra idade, se estabelece pela necessidade imperiosa da presença no mercado de trabalho e, para a maioria, conjugada à permanência na escola, variando, conforme o nível de degradação social, o grau de frequência e intensidade entre um e outro.

Assim, aos designados *nem nem*, prefiro a noção cunhada por Sennett (2003): uma geração que vive à deriva. Ou, nas palavras de Frigotto (2011, p.183), em alusão a Viktor Frankl: uma juventude com a vida “[...] provisória e em suspenso.” Considerando que, sob o capitalismo, as relações sociais são constituídas por relações de classe que se fundamentam por duas classes fundamentais, os que detêm os meios de produção e os que vendem a sua força de trabalho, e por frações e grupos sociais a elas conectadas, resultando em acessos desiguais aos bens essenciais à reprodução biológica e social, Frigotto (2011) adverte que a

9 Coan (2011), em um estudo sobre a educação para o empreendedorismo, ressalta que as características do empreendedor estão comumente associadas as de “[...] homem destemido, proativo e inovador, que enfrenta os desafios e vai em busca da realização dos seus sonhos” (p. 223). No entanto, adverte que estudos no campo crítico defendem que a referida compreensão se funda nos clássicos da economia de cariz liberal, cuja noção básica é a de responsabilizar o indivíduo por sua própria produção da existência, em tempos de enxugamento e precarização do emprego formal.

desigualdade é ainda mais severa em sociedades de capitalismo dependente¹⁰, nas quais a juventude é atingida em sua dimensão geracional. Trata-se de “[...] um tempo de um capitalismo que lhes interdita o futuro ou produz uma existência social truncada e em suspenso.” (p. 100).

Portanto, o que está em jogo não é a simples adoção de uma ou de outra nomenclatura, mas o que pode ser revelado ou escondido. Em nosso entendimento, o designativo *nem nem* não traduz a complexidade inerente à relação capital-trabalho, posto que opera no nível da superficialidade, do descritivo e, em certa medida, até do lúdico, apagando a lógica de expropriação a qual estão subordinados os trabalhadores.

O que dizem os dados do IBGE

Ao analisar mais detidamente as Tabelas 1 e 2, podemos perceber que no subgrupo de 15 a 17 anos, a proporção dos que estão fora da escola e do trabalho foi de 9,4%, ao passo que entre aqueles com 18 a 24 anos a proporção foi 23,4%. Na tabela 2, percebemos que o percentual de mulheres nessa situação foi crescente com a idade, ou seja, 59,6% entre aqueles com 15 a 17 anos de idade, alcançando 76,9% no subgrupo de 25 a 29 anos de idade. Ainda em relação às mulheres, ressalta-se a proporção daquelas que tinham ao menos um filho (IBGE, 2013).

Tabela 1. Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos de idade, por tipo de atividade na semana de referência, segundo os grupos de idade. Brasil (2012), em percentuais (%)

Idade	Tipo de Atividade			
	Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não trabalha nem estuda
15 a 29	21,6	13,6	45,2	19,6
15 a 17	65,4	18,8	6,5	9,4
18 a 24	14,5	14,8	47,3	23,4
25 a 29	2,9	8,3	67,5	21,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2013). (Adaptação da autora).

10 O autor apropria-se do conceito de capitalismo dependente de Fernandes (2008) e Oliveira (2006).

Tabela 2. Distribuição percentual de pessoas de 15 a 29 anos de idade que não estudavam e não trabalhavam na semana de referência, por grupos de idade. Brasil (2012), em percentuais (%)

Características selecionadas	Grupo de idade			
	Total	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Sexo				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Homem	29,7	40,4	32,0	23,1
Mulher	70,3	59,6	68,0	76,9
Nível de instrução mais elevado alcançado				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Ensino fundamental incompleto	-	-	-	-
Ensino fundamental completo ou médio	32,4	56,7	28,4	31,5
Incompleto	23,4	31,0	24,1	20,0
Ensino médio completo	38,6	12,2	43,2	39,2
Ensino superior incompleto ou completo	5,6	0,1	4,2	9,3
Indicação de presença de filhos nascidos vivos das mulheres				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Nenhum filho	41,0	69,9	48,0	25,0
1 ou mais filhos	58,4	30,0	51,6	74,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2013). (Adaptação da autora).

No que diz respeito à escolaridade dos jovens que não estudavam e nem trabalhavam, destacamos que entre o subgrupo de 15 a 17 anos de idade, 56,7% não tinham, sequer, o ensino fundamental completo, ao passo que o esperado para a faixa etária era que estivessem frequentando o ensino médio. Entre os jovens de 18 a 24 anos, chama a atenção o fato de que somente 47,4% dos que não trabalhavam e não estudavam tinham completado o ensino médio, o que

significa que a maioria tinha até o ensino médio incompleto. Para as pessoas de 25 a 29 anos de idade, que não trabalhavam e não estudavam, destacamos que 51,5% tinham até o ensino médio incompleto, porém, ressaltamos que 39,2% tinham ensino médio completo e 9,3% tinham ensino superior incompleto ou completo. Esses dois percentuais somados atingem 48,5%.

Verifica-se claramente que é relevante o percentual de jovens de 25 a 29 anos com escolaridade igual ou superior ao ensino médio completo que não estavam trabalhando nem estudando em 2012, o que parece apontar, ao menos no caso brasileiro, que a velha, porém não superada, associação direta entre maior nível de escolaridade e menor nível de desemprego, conforme preceito defendido pela Teoria do Capital Humano¹¹, mais uma vez, não se confirma.

Sobre o rendimento do trabalho entre os jovens no Brasil, conforme documento do IBGE (2013), entre a faixa etária de 15 a 29 anos de idade, ocupados na semana de referência da pesquisa, 39,6% obtiveram rendimento de todos os trabalhos até um salário mínimo¹² em 2012, ao passo que 18,2% deles obtiveram rendimento superior a dois salários mínimos. Ainda segundo o IBGE, o baixo rendimento do trabalho entre os jovens explica-se, em grande parte, em razão de estarem em início de carreira e em trabalhos com menos garantias, por exemplo, de estabilidade e de remuneração.

No que se refere às condições de trabalho, ressalta-se a informalidade¹³, característica importante no país, que abarca 43,1% dos trabalhadores (IBGE, 2013). Mas é entre os jovens de 16 a 24 anos e idosos de 60 anos, ou superior a essa idade, que as taxas de informalidade em 2012 foram mais elevadas, registrando-se 46,9% e 70,8%, respectivamente, segundo a mesma fonte. A explicação desse fenômeno, para o IBGE, está na especificidade que envolve os dois grupos etários. Para os jovens, “[...] a elevada taxa de informalidade pode ser explicada pela busca do primeiro emprego e, em alguns casos, pela necessidade de conciliar o trabalho com o estudo, fazendo com que a posse de carteira assinada ou a contribuição previdenciária não seja um requisito imprescindível.” (IBGE, 2013, p.146). Entre os idosos, pelo menos para a maioria, em razão de já terem cumprido seu ciclo produtivo, o retorno ou a permanência no mercado de trabalho devem-se a uma

11 Um estudo crítico sobre a Teoria do Capital Humano (TCH) e suas implicações no cenário atual pode ser encontrado em Motta (2012).

12 Salário Mínimo em 2012 era de R\$ 622,00.

13 O IBGE utiliza para classificação dos trabalhos formais ou informais a definição da Organização Internacional do Trabalho (OIT). “Trabalho *formal* inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuía para a previdência social” (IBGE, 2013, p. 145, grifo nosso).

maneira de complementação de renda ou um meio de socialização. A carteira de trabalho, nos casos em que o idoso é pensionista ou aposentado, deixa de ser um atrativo, assim analisa o IBGE.

Ainda que se possa buscar alguma justificativa para o maior percentual de informalidade entre os dois polos em questão, o fato é que a informalidade é estrutural na forma de ocupação da força de trabalho no país, e está presente em todos os segmentos etários e com relativa importância, conforme pode ser verificado pelos dados trazidos pelo próprio IBGE¹⁴. Neste sentido, concordamos com Filgueiras, Druck e Amaral (2004) na medida em que avaliam que “[...] o conceito de informalidade tanto pode se constituir em um problema quanto em uma solução, tanto pode obscurecer quanto revelar, a depender do uso que se faça dele e da clareza que se tenha com relação aos seus limites explicativos, tanto no plano teórico quanto empírico.” (p. 229). Na particularidade brasileira, nos parece que essa noção muito mais esconde do que revela.

Cardoso (2013), tomando por base as mesmas fontes e buscando analisar o fenômeno dos jovens que não trabalhavam e não estudavam, comparando-o “[...] aos países mais ricos do mundo” (p. 293), considera que a condição *nem nem* não é exatamente uma novidade nesses países; o novo estaria na intensidade com a qual o referido fenômeno surge, ou seja, o aumento dos *nem nem* está quase que exclusivamente associado ao desemprego de jovens anteriormente ocupados, e que já teriam deixado a escola. Salienta, ainda, que a situação é mais grave entre os homens do que entre as mulheres, e entre as faixas etárias mais elevadas (18 a 29 anos), tendo em vista que o esperado é que esses jovens estivessem saindo do sistema escolar e ingressando no mercado de trabalho. Portanto, considera que a geração *nem nem* expressa desemprego juvenil em larga escala, atingindo sucessivas gerações desde a crise econômica de 2008, que vem assolando as economias dos países centrais do capitalismo.

O autor entende que se trata de um fenômeno estrutural, com agravamento depois de 2008, a ponto de lançar os jovens “[...] no centro da contestação da ordem econômica global e suas instituições de sustentação, nacionais e supranacionais” (p. 296), o que implicou na transformação de um problema estrutural em um problema social, inflamando “[...] a disposição militante de jovens por todo o mundo desenvolvido” (p. 297).

Na perspectiva de Cardoso (2013), o fenômeno também é estrutural no Brasil, embora a taxa de jovens que não estudam e não trabalham tenha sofrido

14 Percentual de trabalhadores ocupados em trabalhos informais, segundo a faixa etária: 16 a 24 anos: 46,9%; 25 a 29 anos: 36,0%; 30 a 49 anos: 38,7%; 50 a 59 anos: 45,9%; 60 anos ou mais: 70,8% (IBGE, 2013, p. 157).

uma leve queda, se comparada com o cenário europeu contemporâneo. Por isso, defende a hipótese de que no Brasil

[...] a melhoria das condições materiais de vida, ao se disseminar pelo país contribuiu para reduzir a percepção de clausura das condições de mobilidade social, ampliando o horizonte de expectativa, de inclusão dos jovens 'nem nem', em especial as mulheres. Ao contrário, pois, de aparecer como deterioração de condições antes favoráveis e, portanto, como frustração de suas expectativas, como é hoje o caso de vários países europeus. (2013, p. 312, grifos nossos).

Nesse sentido, o autor ressalta que as taxas *nem nem* no Brasil, ao atingirem em maior nível as famílias de baixa renda, apontam para a necessidade de investimento em políticas de distribuição de renda¹⁵. Essas, ainda que direcionadas em curto prazo, em longo prazo podem resultar na recuperação dos serviços públicos, na medida em que tornarão menos relevantes a mercantilização das relações sociais e, conseqüentemente, implicando na diminuição das desigualdades sociais, condição que alimenta a probabilidade de um jovem tornar-se *nem nem*.

Queremos avançar e problematizar em alguns pontos na comparação que Cardoso (2013) faz entre a situação dos jovens brasileiros e o contexto europeu, propondo os seguintes questionamentos: Qual a origem da deterioração das condições antes favoráveis aos jovens europeus? Porque as políticas sociais que possibilitavam algum nível de expectativa aos jovens europeus deixam de existir? Ou, em outras palavras, como explicar a *desilusão* dos jovens que não estudam e nem trabalham na Europa, se, diferentemente daqui, o investimento em políticas públicas, pautado na noção de um Estado de bem-estar social, foi a tônica nas décadas que se seguiram, até a virada neoliberal? Por que devemos acreditar que o investimento atual em políticas de curto prazo (leia-se: aligeiradas, superficiais, temporárias, quantitativa e qualitativamente inferiores ao contexto europeu) no Brasil levariam a uma situação mais favorável aos jovens brasileiros, em longo prazo, se nos países mais ricos do contexto europeu suas políticas alicerçadas no modelo de bem-estar social do pós-guerra desaguaram na desilusão de uma juventude escolarizada, que se encontra sem perspectiva de futuro?

Seguindo uma determinada linha de raciocínio, a respeito do comportamento da *geração nem nem* na Europa e no Brasil, poderíamos indagar: desiludidos lá, iludidos aqui? No primeiro caso, a desilusão dar-se-ia pela falta de expectativa dos jovens europeus diante de um cenário de deterioração das relações de trabalho,

15 O autor faz referência, entre outros, ao Programa Bolsa Família, mantido pelo Governo Federal.

antes mais favoráveis, e, no segundo caso, a ilusão explicar-se-ia pela “[...] melhoria das condições de vida” (CARDOSO, 2013, p. 312) propiciada pelo neodesenvolvimentismo atual, a nutrir as esperanças dos jovens brasileiros?

O que pretendemos com esse conjunto de questões é exatamente procurar recuperar o vínculo entre contextos sociais, que, supostamente, aparecem como tendo uma matriz distinta, e recolocá-lo sob o prisma da totalidade como categoria de análise para a apreensão da sociedade capitalista contemporânea.

Capital – imperialismo e subdesenvolvimentismo

Apoiando-nos em Fontes (2013, p. 103), consideramos necessário evitar que as malhas da conjuntura, “[...] com suas urgências, apaguem as linhas fortes do processo, ou esfumem a crítica fundamental do marxismo, voltada simultaneamente para a compreensão/explicação da vida social e para a resoluta superação do modo de ser dominado pelo capital”. Assim, tomar a suposta melhoria das condições de vida atualmente no país, desconectada de uma perspectiva mais ampla, que considere o próprio movimento do capital em escala global, em nosso entender apenas *esfumam* as contradições capitalistas postas em nível planetário.

Portanto, e em decorrência da compreensão anterior, temos a percepção de que essa *geração à deriva*, a qual se refere Sennett (2003) – seja a juventude europeia ou latino-americana e, dentro dessa, a brasileira, considerando todas as especificidades que marcam cada região e país–, constitui a expressão do mesmo movimento do capital, cuja característica fundamental dá-se pela ampliação de novas formas de expropriação (FONTES, 2012).

Conforme a autora,

Movemo-nos no terreno de fortes contradições: entre as exigências da estratégia e da tática; entre a explicitação de uma das maiores crises capitalistas mundiais em paralelo à expansão de relações capitalistas em alguns países considerados periféricos (dos quais os mais importantes são Índia, China e Rússia); entre melhorias gotejadas sobre os setores mais frágeis e seu formato rebaixado (expansão de contratos de trabalho de baixos salários e políticas sociais focalizadas); entre o apoio às lutas comuns sul-americanas e o braço pesado das empresas transnacionais – agora também brasileiras – que direcionam as políticas e capturam os lucros; entre o aprofundamento das relações capitalistas no campo e seu formato agroexportador. (FONTES, 2013, p. 104).

Sob esta perspectiva, é no âmbito do capital-imperialismo que situamos tal movimento. Para a autora, apoiando-se umbilicalmente em Lênin, o capital-imperialismo origina-se das novas determinações derivadas da própria disseminação do imperialismo, que se dilata em uma nova escala, na qual se exacerbam tanto as lutas sociais quanto as relações próprias do capitalismo, essas, porém, de maneira difusa e desigual, mas com um grande nível de conexão. A resultante disso está na conversão do capitalismo em uma forma de vida social que se generaliza de modo profundamente assimétrico, marcando uma diferença gritante em relação ao século XX, quando boa parte da população do planeta vivia sob o mundo rural e detinha, em grande medida, o controle de seus recursos diretos de existência.

Por esse ângulo, a noção de capital-imperialismo possibilita apreender o movimento peculiar sucedido após a Segunda Guerra Mundial, que transformou e aprofundou as linhas essenciais do imperialismo, tal qual formulado por Lênin (1870-1924). Esse, ao definir o imperialismo como fase particular do capitalismo, esclarece:

O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante de nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra maior e, concentrando a produção e o capital a tal ponto que em seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os *trusts* e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam bilhões. (LENIN, 2010, 87, grifo do autor).

Para Fontes, nas contradições de sua expansão, o capital-imperialismo chega ao século XXI dentro de uma crise que impõe a necessidade de novas formas de expropriações que, por sua vez, determinam o agravamento das condições da existência humana. E é exatamente nesse cenário que se verifica o esforço por parte dos países retardatários em alçar à condição de países capital-imperialistas, dentre esses, o Brasil. A autora defende que o capital-imperialismo brasileiro

[...] emerge subalterno, resulta tanto das condições internas da dominação burguesa quanto das contradições mais

amplas que atravessam o capital-imperialismo mundial, mas carrega consigo as tradições prepotentes (autocráticas) que acompanharam a história da dominação burguesa no Brasil. (FONTES, 2012, p. 15).

Traçando um perfil especificamente do país, a autora aponta que o papel capital-imperialista do Brasil não se restringe à dimensão econômica, posto que abrange mudanças “[...] *política* no plano *interno*; se explicita em projetos expansionistas e em sujeitos sociais (classes e frações de classe) que o sustenta; envolve o aprofundamento de suporte *estatal* e a elaboração de projetos” (p. 104, grifos da autora). Assim, apreendê-lo implica na análise dos países atingidos e o impacto que a expansão capital-imperialista brasileira, ainda que secundária, desempenha sobre as diferentes classes e frações de classe no exterior.

Aponta que o processo de monopolização capitalista no Brasil tem seu início na segunda metade do século XX, com larga intensificação no período da ditadura empresarial-militar de 1964. A ação de caráter expansionista de empresas sediadas no Brasil ou compostas por capitais brasileiros inicia-se a partir da década de 1970, retraíndo-se na década de 1980 e retomando o crescimento na década de 1990, com destaque no século XXI (FONTES, 2013 apud SPOSITO; SANTOS, 2012). O quadro atual pode ser avaliado pela citação seguinte:

De acordo com o *Boston Consulting Group*, o país está em terceiro lugar na lista dos emergentes com empresas capazes de ‘desafiar globalmente’ outras gigantes internacionais. O Brasil tem 13 empresas na relação de *global challengers* (Camargo Correa, Coteminas, Embraer, Gerdau, JBS-Friboi, Marcopolo, Natura, Odebrecht, Brasil foods, Petrobrás, Magnesita, Votorantim e Weg), sendo a Vale já considerada uma multinacional estabelecida e não mais uma ‘desafiadora’. À frente do Brasil está a China (com 33 empresas) e a Índia (com 22 empresas). (FONTES, 2013, p. 106 apud GARCIA, 2012, grifos da autora).

Nesse sentido que Fontes (2013, p. 110) reitera: “[...] limitar-se a contrapor (e defender) um neodesenvolvimentismo e execrar o neoliberalismo significa permanecer na ordem do discurso e não enfrentar as contradições reais”. E apresenta três razões para isso:

Na primeira razão, argumenta que o “[...] assim chamado neodesenvolvimentismo aprofunda as formas econômicas e ideopolíticas anteriores, em especial a focalização de políticas voltadas para o alívio da pobreza e as privatizações, e delas se nutre” (p.

111). Em segundo lugar, entende que neoliberalismo e neodesenvolvimentismo constituem “[...] metamorfoses da expansão contemporânea do capital e do capital-imperialismo no e do Brasil, demonstrando extrema agilidade para adequar-se aos constrangimentos internos e externos” (p. 111) e, finalmente, ressalta o que Florestan Fernandes (1920-1995) já há muito compreendia, qual seja, a “[...] dependência da expansão do capitalismo no Brasil ao conjunto do imperialismo total” (p. 111) e, na sua contra face, a reprodução desse mesmo processo desigual e combinado para o interior do próprio país.

Mediante esse necessário preâmbulo, amplamente apoiado em Fontes (2012, 2013), retornamos ao cerne da questão, qual seja, o problema relacionado a tomar o modelo neodesenvolvimentista em si mesmo, como alavanca para a inserção do país rumo a uma posição mais avançada em termos de promoção da igualdade social a ponto de interferir nas motivações juvenis sobre uma perspectiva esperançosa de futuro –, desconectando-o das determinações do movimento do capital-imperialismo. Noção que parece alimentar certa vertente do debate em torno das políticas de alívio à pobreza e, em particular, as políticas de inclusão social e profissional para os ditos jovens “[...] em situação de risco e vulnerabilidade social”.

Assim exposto, compreendemos ser de fundamental importância politizar a vaga alvissareira em torno do modelo neodesenvolvimentista e recolocar a problemática dos “[...] jovens que não estudam e nem trabalham”, segundo caracterização do IBGE (2013), não como um problema de gestão, supostamente resolvida com políticas emergenciais, focais, contingenciais, destituídas do caráter de universalidade e operada na lógica do neodesenvolvimentismo, com todas as contradições já apontadas por Fontes, mas como a expressão da necessidade do capital em produzir e reproduzir um estoque de força de trabalho sempre disponível.

Neste aspecto, consideramos relevante a observação de Braga (2012). Para ele, o crescimento econômico europeu após a Segunda Guerra Mundial aparentou eliminar a insegurança da relação salarial, mesmo que uma parcela do trabalho mal remunerado continuasse sendo conferida aos jovens imigrantes, referindo-se especialmente aos países situados no centro do capitalismo. A combinação da proteção do trabalhador nacional com o consumo de massas acarretou no abrandamento da luta de classes e na promessa da superação da condição proletária, mediante o planejamento estatal. Atualmente, o que está posto, além da quebra dessa promessa, é o retorno da insegurança da relação salarial, concomitantemente ao surgimento de uma fração de classe que se localiza entre a ameaça constante da “[...] exclusão social e o incremento da exploração econômica: o precariado” (BRAGA, 2012, p. 16).

No entanto, adverte Braga, o precariado não pode ser visto como o antípoda do salariado, um corpo estranho. Ao contrário, ele se constitui na própria existência do salariado. Sua composição deve ser buscada na relação salarial. Para o autor, o

precariado pode ser identificado com aquilo que Marx (2011, p. 744) considera como *superpopulação relativa*, da qual “[...] todo trabalhador faz parte durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado”. Essa aparece sob três formas: a flutuante, representada por trabalhadores que convivem em uma situação alternada de dispensa e atração nos centros da indústria moderna; a latente, formada por jovens e trabalhadores provenientes dos setores rurais, na expectativa de serem absorvidos pela indústria; e a estagnada, constituída por trabalhadores com ocupações totalmente irregulares, com baixos salários e condição de vida extremamente deteriorada. Há, ainda, uma quarta categoria, a pauperizada, representada por aqueles que vivem na indigência, o “[...] rebotalho do proletariado” (MARX, 2011, p. 747), que não apresentam capacidade de trabalho.

Para Marx, é próprio da acumulação capitalista a produção de uma população, sob a forma de desemprego ou de trabalho precário, excedente e funcional à sua lógica. Nesses termos, a superfluidez da força de trabalho é definida como uma lei peculiar ao modo de produção capitalista, dado que, a um só tempo, o referido excedente é condição de existência do modo de produção capitalista e alavanca para a sua acumulação, posto que “[...] a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente” (MARX, 2011, p. 733).

É exatamente nessa condição que percebemos os jovens aqui problematizados, com todas as singularidades que possam diferenciá-los, porém, em uma particularidade que os caracteriza. São jovens que, nas palavras de Frigotto (2011, p. 102), vivem “[...] um presentismo humanamente insuportável e desagregador”, posto que o sistema de capital lhes interdita o futuro ou lhe apresenta um futuro pautado por uma situação social “[...] em suspenso ou de provisoriedade” (p. 102). Ou, ainda, uma condição de trabalho marcada por uma precariedade circular (SILVA, 2012). Assim, consideramos que esses jovens, com suas vidas marcadas pela provisoriedade e suspensão, na verdade, constituem o “[...] exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele” (MARX, 2011, p. 735).

Comentários finais

Argumentamos que a informalidade, característica importante a marcar as condições de trabalho para os jovens, não se explica por uma razão de ordem motivacional, própria de uma juventude que faz escolhas nas quais o registro formal de trabalho adquire segundo plano, na medida em que estão em jogo

outros interesses, tais como a simples busca de experiência, independentemente das condições de contratação. Pelo contrário, o que os dados apontam é o forte constrangimento ao qual estão submetidos em aceitar a informalidade como uma realidade *natural*, de quem *só está começando a vida*.

Procuramos neste artigo caracterizar o discurso sobre a propalada geração *nem nem*, os jovens que não estudam e nem trabalham, analisando-o mediante o conceito de superfluidade da força de trabalho em Marx (2011). Nosso entendimento vai na direção de que os *nem nem*, na verdade, podem ser apreendidos como parte da população excedente, que precisa ser mantida em favor da acumulação do capital. O que impõe, dentro das contradições inerentes à ordem do capital, um desafio insuperável, qual seja, garantir a manutenção de uma força de trabalho relativamente supérflua, sem que o desalento, provocado por tal situação, possa comprometer o *desejo* da classe trabalhadora em dispor de sua mercadoria (força de trabalho) ao capital. Evidentemente, sob o sistema do capital, a posição de escolha não cabe aos trabalhadores, uma vez que sua existência depende concretamente da venda dessa mercadoria. Mas, mantê-los sob o cerco ideológico de uma submissa disponibilidade *ad aeternum* é, sem dúvida, imprescindível ao capital, devido à sua voraz necessidade de conter suas próprias contradições.

Portanto, entendemos que no cenário do capital-imperialismo e, em particular do capital-imperialismo brasileiro, a juventude que *nem estuda e nem trabalha* torna-se um problema na medida em que explicita uma contradição do capital, posto que, constituída como força de trabalho supérflua, imprescindível e inerente à lógica do capital, ao supostamente negar essa condição (seja rejeitando a escola e o trabalho), põe em questão o lugar que lhe é reservado na divisão social do trabalho na sociedade capitalista.

Os ditos *nem nem* passam a ser um incômodo em potencial, caso, na condição de contingente disponível de força de trabalho, porém, profundamente desacreditados em relação às perspectivas de futuro, venham a *desistir* de vender sua valiosa mercadoria ao capital.

Referências

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia Lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

CARDOSO, Adalberto. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Cad. CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792013000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 jul. 2014.

COAN, Marival. **Educação para o empreendedorismo**: implicações epistemológicas, políticas e práticas. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

COAN, Marival; SHIROMA, Eneida Oto. Educação para o empreendedorismo: forjando um jovem de novo tipo? In: SILVA, Mariléia Maria da; EVANGELISTA, Olinda; QUARTIERO, Elisa Maria (Org.). **Jovens, trabalho e educação**: a conexão subalterna de formação para o capital. Campinas: Mercado das Letras, 2012, p. 245-276.

DICIONÁRIO Houaiss Eletrônico. Língua portuguesa. Versão 1.0 5a. 2002.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília, DF: Editora UnB, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Global, 2008.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela Falcão do. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno do CRH**, Salvador, v. 17, n. 41, p. 211-229, maio/ago. 2004.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Teoria e história. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; UFRJ Editora, 2012.

_____. A incorporação subalterna brasileira ao capital-imperialismo. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, n. 36, p. 103-113, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação: o presente e o futuro interditados ou em suspenso. In: CIAVATTA, M.; TIRIBA, L. (Org.). **Trabalho e educação de jovens e adultos**. Brasília, DF: Liber Livro; Editora UFF, 2011, p. 99-133.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2013. Disponível em: <br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual//Sintese_Indicadores/sintese_pnad2011.pdfhttp://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&cid=1&cidnoticia=2526&busca=1&t=sis-2013-74-1-mulheres-25-29-anos-que-nao-estudam-nem>. Acesso em: 4 abr. 2014.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. 3. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2010.

MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista. In: _____. **O capital**: crítica da economia política. 25. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, v. II, Livro I, 201.p. 713-824.

MOTTA, Vânia Cardoso da. **Ideologia do capital social**: atribuindo uma face mais humana ao capital. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

OIT. **Tendências mundiales del empleo juvenil 2013**: una generación en peligro. 2013. Disponível em: <<http://www.ilo.org/global/research/global-reports/global-employment-trends/youth/2013/lang--es/index.htm>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. Campinas: Boitempo, 2006.

OLIVEIRA, Ramon de. Empregabilidade. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Julio César França (Org.). **Dicionário da educação profissional em Saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: Epsgv, 2008. p. 197-202. Disponível em: <<http://www.epsvj.fiocruz.br/dicionario/apresentacao/dowlivfictec.html>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostragem em Domicílio**. 2012. População. IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>. Acesso em: 1 abr. 2014.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima. Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 61, p. 13-35, dez. 1997.

SILVA, Mariléia Maria da. Percursos profissionais e a justiça das políticas públicas de Inclusão e qualificação: o público alvo do Projovem Trabalhador. In: SILVA, Mariléia Maria da; EVANGELISTA, Olinda; QUARTIERO, Elisa. Maria (Org.). **Jovens, trabalho e educação**: A conexão subalterna de formação para o capital. Campinas: Mercado das Letras Edições e Livrarias, 2012, p. 71-110.

Recebimento em: 13/12/2014.

Aceite em: 26/06/2015.